

## ESPACIALIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E VOTO DISTRITAL NAS ELEIÇÕES EXECUTIVAS DO ANO 2000 NA CIDADE DE UBERLÂNDIA (MG)

Alex Marciel da Silva

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia  
[marcielbr@yahoo.com.br](mailto:marcielbr@yahoo.com.br)

### RESUMO

*Sentido pelos seres humanos em função de seus sistemas de pensamento e de suas necessidades, o espaço geográfico é anterior ao território, portanto este último abrange uma determinada porção da superfície terrestre, apropriada por um grupo humano. Diante desse processo, a representatividade política, bem como os processos de articulação entre os diversos grupos sociais que habitam o espaço urbano é um importante mecanismo do sistema democrático. Neste contexto a distribuição espacial da população e do eleitorado, nosso objeto de estudo em Uberlândia, pode colocar, nos mesmos locais de votação, eleitores de diferentes camadas e classes sociais. Tal espacialização indicou um maior crescimento populacional nas bordas do espaço urbano, ao passo que as áreas centrais abrigam uma população de maior idade. Quanto à dinâmica de distribuição por região e bairros do eleitorado da cidade, observou-se um descompasso entre a distribuição populacional no espaço urbano e a distribuição do Tribunal Regional Eleitoral. Pois a análise deste estudo denunciou a existência de bairros onde o número de eleitores por habitantes seguiu a média geral da cidade, cerca de 85 eleitores para cada grupo de 100 habitantes, reforçando a presença de um padrão distrital de voto, o que reforça o processo de representatividade política.*

**PALAVRAS CHAVE:** espaço geográfico, território, representatividade política, população, eleitorado, voto distrital.

## DEMOGRAPHIC ESPACIALIZATION AND DISTRICT VOTE IN THE EXECUTIVE ELECTIONS OF YEAR 2000 IN THE CITY OF UBERLÂNDIA (MG)

### ABSTRACT

*Felt for the human beings in function of its systems of thought and its necessities the geographic space it is previous to the territory, therefore this last one encloses one definitive portion of the terrestrial, appropriate surface for a human group. Ahead of this process, the representation politics, as well as the processes of joint between the diverse social groups that inhabit the urban space is an important mechanism of the democratic system. In this context the space distribution of the population and the electorate, our object of study in Uberlândia, can place, in the same places of voting, voters of different layers and classrooms socials. Such espacialization indicated a bigger population growth in the edges of the urban space, to the step that the areas central offices shelter a population of bigger age. How much to the dynamics of distribution for e region quarters of the electorate of the city, an exaggeration was observed enters the population distribution in the urban space and the distribution of the Electoral Regional Court. Therefore the analysis of this study denounced the existence of quarters where the number of voters for inhabitants followed the general average of the city, about 85 voters for each group of 100 people, strengthening the presence of a district standard of vote, what it strengthens the representation process politics.*

**KEY WORDS:** geographic space, territory, representation politics, population, electorate, district vote

## INTRODUÇÃO

Analisando o espaço urbano, Castells (1980) observa que, na proporção em que o processo de urbanização capitalista avança, a população de baixa renda concentra-se em setores geográficos pré-determinados. O avanço e a consolidação das formas capitalistas de produção, com suas conseqüências e particularidades, reforçam a importância do espaço geográfico e do território no entendimento das relações socioeconômicas, passando a haver justaposição de territorialidades, com fortes reflexos no processo de representatividade política.

Por conseguinte, criam-se, no seio do espaço urbano, territórios indigentes em que a carência política e a ausência de bens públicos acabam por colocar em xeque o processo de representação política. Esta se dá por meio do voto ou por meio dos movimentos de representação popular, isto é, a representação é o mecanismo que possibilita o exercício da política como uma arena de negociação de conflitos e de intermediação de interesses. A elevada participação política é uma das características fundamentais da democracia contemporânea, ou "poliarquia" (DAHL, 1971).

Para Harvey (1980), essas áreas se tornam locais em que as populações carecem de recursos, o se que reflete no processo político, alimentando o clientelismo, ampliando e perpetuando alguns grupos no poder local. Esse processo traz, para o processo político, fraturas e rugosidades sócio-espaciais, visto que essas áreas têm pouco a oferecer e muito a reivindicar, o que torna o voto uma mercadoria no processo político. Ainda para Harvey, na medida em que se intensifica a concentração do capital, tanto em nível espacial quanto em participantes do processo, torna-se evidente a tensão entre espaço e lugar, sendo para ele uma contradição fundamental do sistema capitalista mundial; ao mesmo tempo em que exclui espaços e suas espacialidades, o capital traz a exigência de fluxos contínuos, implodindo a organicidade de grupos sociais locais.

Assim, o espaço representado não é mais o espaço puro e simples, mas o território vivido; em suma, o espaço oferece campo para os atores. Daí a importância de se compreender os motivos que desencadeiam o processo de representatividade política e, conseqüentemente, do voto, visto que o sufrágio universal passa a ser uma das formas possíveis de participação política. Para Sanchez (1999), a cada escala em que se consideram as relações sociais, veremos o aparecimento de conflito espacial. A articulação social se diferencia nas bases e nas escalas, abrindo espaço para uma grande quantidade de conflitos.

Nesse contexto, o espaço urbano encontra-se permeado por rugosidades, nas quais os fatores espaciais, ora incluem socialmente, ora excluem. Essa dicotomia do poder se expressa na noção de centro *versus* periferia. Levando-se em consideração a lógica da centralidade do capital, é possível supor que populações localizadas em áreas centrais estejam incluídas socialmente, ao passo que outros grupos, localizados fora das áreas centrais, não participem desse processo. Porém, mesmo as áreas centrais, quando desprovidas de capital, podem estar marginalizadas, e isto pode também acontecer com áreas distantes dos centros das cidades.

A maioria dos pensadores clássicos afirma, enfaticamente, que todo cidadão deve participar do processo político. Locke (1998) sugeria que as leis fossem propostas pelo consenso dos governados. Mill (1995) também considerava que aqueles que não votavam, ou que não tinham nenhuma possibilidade de fazê-lo, quaisquer que fossem as razões para tal impedimento, constituíam-se em eternos descontentes. Para Katz (1997, p. 75):

O ponto fundamental é que Mill enxergou a democracia como um exercício educacional [...]. A democracia ensinaria as pessoas a julgar o mérito e aumentar seu próprio mérito, mas ao mesmo tempo o "fazer" estaria na mão dos mais merecedores [...]. A posição de que a representação e as eleições são necessárias, mas que simplesmente aumentam a participação no processo eleitoral como organizado atualmente é inadequada, é mais comum entre os democratas participativos modernos.<sup>1</sup>

Diante desse processo, a representatividade política, bem como os diversos processos de articulação entre os diversos grupos sociais que habitam o espaço urbano, assumem suma

importância, visto que, fora da arena reivindicatória, a representatividade acaba esfacelada, aparecendo como instância inócua para populações marginalizadas.

Porém, analisando-se os sistemas de representatividade política, e conseqüentemente, as classes populares, Mill (1995) considerava que as classes trabalhadoras não eram confiáveis; em resumo, essas classes não teriam “juízo” para exercer o poder político. Esse autor, em síntese, reconheceu o jogo de interesses que havia no sistema representativo e, em decorrência, no sistema eletivo. Mesmo assim, para ele era primordial que o voto de cada indivíduo tivesse o mesmo peso no sistema eletivo, sendo, portanto, o poder do voto uma contribuição dos diferentes indivíduos a uma sociedade democrática.

Neste processo, constata-se a importância de se buscar compreender os motivos que desencadeiam o voto, visto que o sufrágio universal passa a ser uma manifestação de tais atores. Analisando tais manifestações, Claval (1979) conclui que o regime representativo não tem outra finalidade a não ser propiciar, a cada indivíduo, o direito de se fazer ouvir pelo poder. Ainda segundo esse autor, o indivíduo, de forma isolada, não pode muito frente à máquina do Estado, daí a importância do sistema representativo, que abre caminho para a manifestação dos vários atores sociais.

As teses dos sistemas representativos liberais acabaram por ser a melhor alternativa para modelos de representatividade, sendo, portanto, o modelo do Estado burguês necessário para proteger e dar voz às classes populares.

Para isso se concretizar, eleições e liberdade são peças principais, visto ser somente sob estas condições que o eleitorado poderia mudar seus representantes e ainda proteger-se dos mandatários. Segundo Carnoy (1977), o poder está presumivelmente sempre no eleitorado e, por conseguinte, na cidadania, desembocando-se na teoria clássica do Estado.

Para Schumpeter (1946), em uma participação política e democrática do eleitorado não pode existir algo como o bem comum unicamente determinado, ou seja, que todas as pessoas concordariam ou discordariam por métodos plenamente racionais; assim, o bem comum estaria em significar maneiras e coisas diferentes para pessoas diferentes. Ou, ainda, mesmo se as opiniões dos mais diversos cidadãos individuais fossem dadas de forma independente e definida, como o voto e a representatividade das classes populares, isso culminaria em um processo representativo racional. Ainda assim, isto não significaria que o conjunto de decisões políticas resultasse deste processo.

Em último, ainda no contraponto da representatividade racional, Schumpeter (1946) afirma que, normalmente, os eleitores são por demais desinteressados e mal informados pelos problemas políticos, à exceção daqueles que afetam as comunidades diretamente, caracterizando, portanto, problemas diários e costumeiros nas periferias urbanas. Neste caso, a motivação é a necessidade individual do eleitor, afastando, assim, a idéia de um sistema representativo coletivo. Ainda há o fato de os cidadãos serem facilmente influenciados pela propaganda política.

Nestas circunstâncias, a representatividade política provém das representações sociais e da conseqüente interpretação da realidade pelos diversos grupos, que organizam as relações do indivíduo com o mundo e orientam suas condutas e comportamentos no meio social, permitindo-lhes interiorizar as experiências, as práticas sociais e os modelos de conduta, ao mesmo tempo em que constroem e se apropriam de objetos socializados. As representações sociais, por esse meio, fundamentam práticas e atitudes dos atores, uns em relação aos outros, no contexto social e no tocante ao que lhes acontece (XAVIER, 2002).

De acordo com McPherson (1979), não há absurdo em considerar a democracia como um meio de progresso da humanidade, sendo a participação não um valor em si mesmo, para se conseguir um grupo de eleitores mais consciente; por conseguinte, o dever da democracia é registrar os valores existentes de um povo, não o que este deseja ser. Assim, a democracia é apenas um valor de mercado, sendo os eleitores consumidores e os políticos empreendedores.

Segundo Carnoy (1977), o problema mencionado se torna uma questão de grau de soberania do

consumidor no sistema; com isso, o conceito de representação política sofre intensas rupturas, visto que o poder financeiro dos candidatos e as corporações solapam as bases territoriais do sufrágio e, por conseguinte, do voto.

Lima Júnior (1991) assegura que os sistemas eleitorais não surgem no vácuo, mas sim do debate e da luta política, refletindo a sociedade e a política do tempo de sua criação, sendo modificados quando a sociedade e a política mudam de tal maneira que os sistemas eleitorais passam a ser muito restritivos. Enquanto duram, as constituições e outros constrangimentos institucionais dão forma à política. Campbell (1976, p. 5), por sua vez, conclui:

As decisões do processo eleitoral têm importantes efeitos sobre as decisões tomadas em algum outro lugar no sistema. O que o eleitorado decide pode determinar quais autores terão o poder de decisão, e os resultados das eleições passadas e futuras geram influências importantes para que estes atores respondam. Os proprietários do cargo eletivo ou designado no governo democrático são guiados em muitas de suas ações por um cálculo do efeito eleitoral<sup>ii</sup>.

Para Miguel (2000), na política democrática, a violência surge como exceção e não como regra. Neste contexto, os sistemas eleitorais podem adiar e exercer pressão nas gestões, e isto pode fazer diferença; nesse contexto, a análise espacial dos votos de um candidato local, mesmo que em pleitos diferentes, passa pelo entendimento dos diversos atores que configuram a cena política<sup>iii</sup>.

### O crescimento populacional e a manutenção do poder político

Conforme mostra a Tabela 1, entre as décadas de 1970 e 2000, a população de Uberlândia apresentou um crescimento de 248,80 pontos percentuais, sendo que de 1970 para 1980 o crescimento médio anual foi de 9,32 pontos percentuais; de 1980 para 1991, o crescimento médio anual foi 4,75.

Tais números revelam um crescimento bem acima da média nacional. Como observado na Tabela 2, entre as décadas de 1970 e 2000, a população brasileira aumentou 82,31 pontos percentuais, sendo que entre os anos de 1970 e 1981, o crescimento médio anual foi 2,77, dos quais 2,12 para o período posterior entre 1980 e 1991, bem abaixo, portanto, do que foi registrado em Uberlândia, o que indica que a cidade tem sido pólo de atração populacional.

A chegada de novos moradores poderia representar, para as elites políticas locais, um risco de ruptura no projeto de poder, visto que seriam acrescentados novos atores da vida urbana, o que poderia alterar a cena política do Município. No entanto, em 1996 o percentual de imigrantes era de 11,27 pontos percentuais, considerando-se as pessoas que haviam chegado à cidade nos últimos cinco anos; desse total, 48% vieram do próprio Estado de Minas Gerais. Fora do Estado de Minas Gerais, a Unidade da Federação que mais forneceu migrantes para a Uberlândia foi Goiás, representando 20,23% do total. Portanto, o crescimento populacional da cidade consistiu em receber uma população que vinha de cidades menores, ligadas à atividade agrária, sendo tal população não adaptada, desse modo, à vida em cidade de médio porte.

TABELA 1

Uberlândia: evolução da população e percentual de crescimento

	Sexo			Crescimento (%)	
	Homens	Mulheres	Total	média anual	Acumulado
1970	61.078	63.628	124.706		
1980	119.508	121.459	240.967	9,32	93,22
1991	180.426	186.635	367.061	4,75	52,32
1996	216.313	222.673	438.986	3,91	19,59
2000	245.701	255.513	501.214	3,54	14,17

Fonte: FIBGE - Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000  
ORG.: SILVA, A. M.; 2004

TABELA 2

Brasil: evolução da população e percentual de crescimento

	Sexo		Total	Crescimento (%)	
	Homens	Mulheres		média anual	Acumulado
1970	46.327.250	46.807.596	93.134.846		
1980	59.142.833	59.868.219	119.011.052	2,77	27,78
1991	72.485.122	74.340.353	146.825.475	2,12	23,37
1996	77.442.865	79.627.298	157.070.163	1,39	6,97
2000	83.576.015	86.223.	169.799.170	2,01	8,04

Fonte: FIBGE - Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000  
ORG.: SILVA, A. M.; 2004

A manutenção do poder não foi afetada; ao contrário, perpetuou-se, pois, como demonstrado na Tabela 3, acompanhada do intenso grau de urbanização, houve ainda um contínuo êxodo rural dentro do próprio município. A densidade demográfica no perímetro urbano do município passou de 30,7 habitantes por km<sup>2</sup>, em 1970, para mais de 120 habitantes por km<sup>2</sup> em 2000, pois, além de incorporar novas áreas no perímetro urbano, acabou por aumentar o preço da terra urbana, reforçando o argumento de que ambos os grupos lucraram, visto que ambos detinham ligações com o mercado imobiliário local, ou seja, as elites locais souberam aproveitar o crescimento urbano, tornando a terra urbana uma valiosa mercadoria. A esse respeito Nunes (1997, p. 33) conclui:

O clientelismo tem sido visto, entretanto como uma característica da República Velha, da política do “café com leite”, do coronelismo, em suma, como característica do Brasil arcaico. O clientelismo político, no entanto, permanece bastante vivo, por exemplo, os dois mais modernos centros urbanos do país, Rio de Janeiro e São Paulo.

Ou seja, as intensas transformações pelas quais passaram a cidade nas últimas três décadas, estão longe de mudar o perfil político da cidade, acrescentou novos mecanismos que permitiram a manutenção de tais elites no poder.

TABELA 3

Uberlândia/MG - Taxa de Urbanização e Densidade Demográfica

	Grau de Urbanização	Densidade Demográfica
1970	89,33	30,7
1980	96,11	58,7
1991	97,58	89,5
2000	97,56	122,1

Fonte: FIBGE - Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000  
ORG.: SILVA, A. M.; 2004

Enfim, se por um lado o forte crescimento populacional (tabela 04) poderia assustar os mantenedores do poder local com algo ameaçador ao clientelismo político, por outro apenas fortaleceu os laços do poder, resultou em um grande potencial eleitoral, isto é, o processo de controle pelos meios de comunicação da massa local, que, em certa medida, não se diferenciou do restante do país.

Alem (1991) observa que, à medida que a cidade se tornou um importante centro comercial, sobretudo a partir dos anos 1950<sup>iv</sup>, as relações de poder local desenvolveram uma certa ambigüidade, combinando em uma mesma prática política o poder pessoal dos proprietários e o poder institucional, sendo que o poder institucional fortaleceu-se ao privilegiar o poder pessoal; por

uma outra perspectiva, no entanto, a existência do Estado passa a ser um forte elemento legitimador do poder pessoal e das estratégias de dominação das elites locais. Em outras palavras, as elites locais conduziram o processo de modernização da cidade a fim de manter seus privilégios econômicos e até mesmo burocráticos, na medida em que nunca deixaram de dominar a cena política local.

Quanto ao cenário político local, em 1976, novamente Virgílio Galassi voltou a ser prefeito da cidade, provando a eficácia do controle de parte da mídia local.

Nesse sentido, desde 1957, período em que o executivo local passou a ser escolhido pelo voto direto, o que se observou, até o final da década de 1970, foi uma sucessão de mandatos nos quais se alternaram dois grupos políticos, permanecendo o mesmo perfil ideológico, as mesmas práticas políticas; ou seja, até este momento, apesar de uma modificação no quadro demográfico e econômico da cidade, a classe política local soube exercer o processo de mando com certa habilidade, não alterando o processo de mando político.

TABELA 4  
Uberlândia/MG: evolução do eleitorado

Ano	Eleitorado	Crescimento (%)	
		média anual	acumulado
1978	93.479		
1982	134.681	11,02	44,07
1986	171.402	6,82	27,26
1988	184.265	3,75	7,5
1989	205.084	11,29	11,29
1990	208.236	1,53	1,53
1992	224.287	3,85	7,7
1994	251.448	6,05	12,1
1996	268.017	3,29	6,58
1998	295.142	5,06	10,12
2000	306.910	1,99	3,98

FONTE: Tribunal Regional Eleitoral.  
ORG.: SILVA, A. M.; 2004.

## DEMOGRAFIA DA POPULAÇÃO E DO ELEITORADO

### Estrutura etária

Nesta seção, abordaremos a estrutura etária do eleitorado (TRE-MG/2000) e da população do município. Nesse sentido, a variável sexo se coloca como importante fator para entender os processos eletivos, indicando predisposições e diferenciação no ato do voto. Para Reis (1986), a associação entre a variável sexo e a localização partidária, embora seja fraca, torna possível a identificação de uma leve tendência do eleitorado feminino para uma posição política mais progressista. Portanto, quando observados os números da Tabela 5, veremos que, na maioria das faixas do eleitorado do Município, o percentual feminino é superior ao masculino; a exceção aparece quando observamos as faixas etárias de 16 e 17 anos, pois nessas duas faixas o percentual masculino é superior ao feminino, o que pode sinalizar um interesse político maior por parte do eleitorado masculino.

Quando observado o peso de cada faixa etária nos universos masculino e feminino, o grupo situado entre 18 e 34 anos possui maior peso no universo masculino, ao passo que, na faixa etária acima de 60 anos, o grupo feminino possui maior peso. Cabe-nos, portanto, esta indagação: após os 60 anos de idade a mulher comparece mais urnas do que os homens?

Tal fato fica mais claro quando analisamos a Tabela 6, pois tal fenômeno também aparece na estrutura etária da população, o que sinaliza maior expectativa de vida para as mulheres, e, por

consequente, sua maior presença no eleitorado após os 60 anos. Quanto ao eleitorado entre 16 e 17 anos, o grupo masculino é maior somente nestas faixas, pois na estrutura etária da população, nestas faixas, o grupo masculino também é maior. A estrutura etária da população permite-nos afirmar que este ou aquele grupo seja mais presente no processo político-eleitoral?

TABELA 5

Distribuição do Eleitorado por Sexo e Faixa Etária - Uberlândia (MG), em 2000

Faixa etária	Feminino (%)			Masculino (%)			Não Informado		Total	
	absol.	perc. s/ universo	perc. Faixa Etária	Absolutos	perc. s/ universo	perc. Faixa Etária	Absolutos	perc. Faixa Etária	s/ eleitorado	Absolutos
com 16a	577	0,37	47,92	627	0,42	52,08	0	0,00	0,39	1204
com 17a	1315	0,83	47,08	1478	0,99	52,92	0	0,00	0,91	2793
de 18 a 24a	29257	18,57	50,13	29108	19,57	49,87	0	0,00	19,02	58365
de 25 a 34a	39553	25,11	50,76	38302	25,76	49,15	71	0,09	25,39	77926
de 35 a 44a	37284	23,67	52,16	33984	22,85	47,54	211	0,30	23,29	71479
de 45 a 59a	31285	19,86	51,53	29202	19,64	48,10	223	0,37	19,78	60710
de 60 a 69a	10827	6,87	53,01	9509	6,39	46,55	90	0,44	6,66	20426
com 70 ou +	7436	4,72	53,16	6494	4,37	46,43	58	0,41	4,56	13988
data n/ infor.	7	0,00	36,84	12	0,01	63,16	0	0,00	0,01%	19

Fonte: Tribunal Regional eleitoral  
 Org. A. M. Silva 04/2004.

TABELA 6

Distribuição da População por Sexo e Faixa Etária - Uberlândia (MG) em 2000

Faixa etária	Feminino (%)			Masculino (%)			Total	
	absol.	perc. s/ universo	perc. Faixa Etária	Absolutos	perc. s/ universo	perc. Faixa Etária	s/ eleitorado	Absolutos
com 16a	68.605	26,85	48,96	71.525	29,11	51,04	27,96	140.130
com 17a	4.616	1,81	49,51	4.708	1,92	50,49	1,86	9.324
de 18 a 24a	5.045	1,97	49,50	5.146	2,09	50,50	2,03	10.191
de 25 a 34a	36.788	14,05	50,60	35.911	14,62	49,40	14,50	72.699
de 35 a 44a	44.998	17,61	50,89	43.428	17,68	49,11	17,64	88.426
de 45 a 59a	40.658	15,91	52,42	36.901	15,02	47,58	15,47	77.559
de 60 a 69a	33.882	13,26	51,88	31.431	12,79	48,12	13,03	65.313
com 70 ou +	12.101	4,74	54,24	10.211	4,16	45,76	4,45	22.312
data n/ infor.	8.820	3,45	57,80	6.440	2,62	42,20	3,04	15.260
Total	255.513	100,00	50,98	245.701	100,00	49,02	100,00	501.214

Fonte: Fundação IBGE/Censo 2000  
 Org. A. M. Silva 04/2004

Embora não haja nenhuma anomalia sensível entre a estrutura etária do eleitorado e da população do município de Uberlândia, a análise da TABELA 07 nos mostra a razão entre grupos de habitantes aptos a votar e eleitorado por faixa etária. neste item, a grande discrepância ocorre na faixa etária de 16 e 17 anos. Para cada habitante apto a votar nesta faixa, há apenas 0,20 eleitor, sendo a média do Município de Uberlândia de 0,85, ou seja, em cada grupo de 100 habitantes aptos a votar 85 são eleitores. No caso desta faixa do eleitorado, para cada grupo de 100 habitantes aptos a votar (acima de 16 anos) apenas 20 são eleitores, o que mostra uma apatia do jovem destinada ao sistema político, além de refletir uma baixa politização deste grupo de população.

Esse fato mostra que as altas taxas de eleitorado no universo populacional apto a votar só têm se concretizado devido à obrigatoriedade do voto, posto que, à medida que aumenta a faixa etária, maior é o número de eleitores para cada grupo de habitantes aptos a votar, aumentando até os 59 anos e, a partir daí com pequena tendência de queda, porém bastante elevada principalmente para o grupo de 70 anos ou mais, visto que após dois pleitos sem votar ou justificar o voto, este eleitor

tem o título cancelado. Portanto, se ainda existe como eleitor, é porque está comparecendo ao pleito, o que vai à contramão da população jovem.

Tabela 7  
Relação eleitorado/habitante por faixa etária - Uberlândia-MG/ 2000

	População	Eleitorado	Eleitores (%)
com 16 a 17a	19.515	3997	20,48
de 18 a 24 a	72.699	58365	80,28
de 25 a 34 a	88.426	77926	88,13
de 35 a 44 a	77.559	71479	92,16
de 45 a 59 a	65.313	60710	92,95
de 60 a 69 a	22.312	20426	91,55
com 70 ou +	15.260	13988	91,66
Total	361.084	306.891 <sup>v</sup>	100,00

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral - MG/2000  
Org. A. M. Silva 04/2004

### Espacialidade populacional e eleitorado

No pleito de 2000, o eleitorado oficial de Uberlândia era de 306.910; foi usada como base a contagem oficial do TER-MG, na data do pleito. Já os dados do IBGE, aqui analisados, foram os dados do Censo 2000; trabalhou-se sempre, no entanto, com a população residente, ou seja, esta análise limita os dados, visto que os dados do Tribunal Superior Eleitoral levam em consideração o número de eleitores cadastrados, não sendo necessariamente residentes naquele bairro, região, município ou estado.

Outro fato a ser levado em consideração sublinha que, para a materialização do pleito, são necessários instrumentos públicos, como Escolas e Ginásio de Esportes que tenham capacidade para receber fluxo contínuo de pessoas, e que ainda possa oferecer um mínimo de segurança ao processo. Assim, uma região ou bairro, mesmo tendo uma quantidade sensível de moradores, se for um espaço carente de instrumentos públicos pode comparecer nos resultados como um lugar de fraco eleitorado. Fatos como estes podem desviar o padrão territorial do voto, dificultando os estudos sobre a opção de voto deste eleitorado.

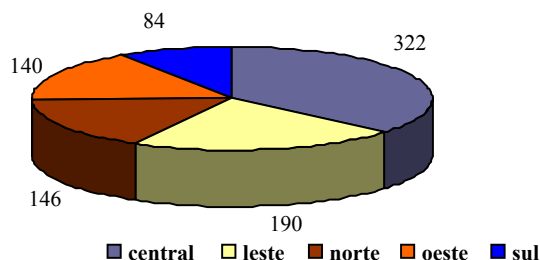
Além deste fato, a própria dinâmica urbana, com a capitalização constante do espaço urbano, faz com que as pessoas migrem de um bairro para outro, deixando no bairro antigo o seu local de votação. O que reforça a existência de tal fenômeno é a própria recusa da Justiça Eleitoral de transferir o local de votação no mesmo domicílio eleitoral. Nesse contexto, outra vez as regiões carentes podem apresentar distorções, pois os bairros novos tendem a apresentar uma baixa densidade eleitoral, uma vez que seus moradores vieram de outros locais da própria cidade. Conseqüentemente, a concentração eleitoral nem sempre tem a ver com a concentração de população residente, sendo possível uma região possuir uma alta densidade eleitoral sem ser propriamente a mais habitada.

### Concentração populacional e distribuição do eleitorado pelas regiões administrativas

Nessa contextura, quando analisado o número de locais de votação no espaço urbano do município de Uberlândia, nota-se uma intensa concentração na região central, pois esta concentra 33,33% dos locais de votação; em seguida, tem-se a região leste com 23%, seguida das regiões norte e oeste com, respectivamente, 16% e 15%; em último lugar, há a região sul, com apenas 10% dos locais. Encontra-se a mesma aferição quando se analisa a distribuição do número de seções eleitorais (cf. Figura 1), uma vez que a quantidade de locais de votação não expressa necessariamente o peso eleitoral, podendo haver concentração de seções em poucos pontos de votação; mesmo com essa hipótese, a região central acaba concentrando mais de 1/3 dos locais de votos, o que mostra uma desproporcionalidade com a própria configuração sócio-espacial da cidade.



Figura 1  
Distribuição das seções por região - Uberlândia/MG, em 2000



Fonte: TRE-MG/ 2001. Org. SILVA, A. M. 2002.

Porém, quando analisados os dados da distribuição regional do número de seções, a região central termina por concentrar mais de 36% das 882 seções distribuídas pela cidade, um número também bastante desproporcional, porquanto os outros 66% serão distribuídos com as outras quatro regiões – norte, leste, oeste, e sul; indicando, sobretudo uma tendência de concentração espacial também do voto, posto que, segundo o TRE-MG, uma única seção pode comportar no máximo 400 eleitores no interior e 500 em Belo Horizonte.

Embora não seja este o nosso objetivo, uma análise preliminar nos permite mostrar uma intensa desigualdade na distribuição espacial dos aparelhos públicos que permitem a realização do pleito, reforçando a hipótese de que na região central da cidade se concentra uma maior presença do Estado e, conseqüentemente, de aparelhos públicos que permitem a efetivação dos pleitos, refletindo uma relação centro-periferia, bem como a incapacidade do Estado para promover o bem estar de toda a população urbana, haja vista que a presença de aparelhos públicos, a exemplo de escolas, acaba por refletir na qualidade de vida de tais populações.

Quando analisada a distribuição da população pelas cinco regiões administrativas da cidade (cf. Figura 2), nota-se que a distribuição da população não segue a distribuição das seções eleitorais. A região mais populosa da cidade é a região leste, seguida da região oeste; a região central só aparece em terceiro lugar em número de habitantes; ou seja, o padrão espacial de distribuição da população parece não ser o fator principal na distribuição do eleitorado. Se mais adiante conseguirmos algum fator correlativo entre número de habitantes e número de eleitores, isso com certeza não ocorre em toda a cidade. Indica, portanto, a existência de um fluxo de eleitor entre as regiões administrativas da cidade, como já indicava a própria espacialização das seções.

Esse fato fica mais evidente quando analisados os dados da distribuição regional da população e da distribuição regional do eleitorado. Novamente tem-se a confirmação de que, em Uberlândia, estes dois fatores apresentam fortes descontinuidades espaciais, uma vez a Figura 2 reforça a concentração da população na região oeste desta cidade, ao passo que a Figura 3 evidencia a concentração do eleitorado na região central da cidade.

Por conseguinte, como mostra a figura acima, a região central concentra uma maior quantidade de eleitorado, superior a 108 mil eleitores. Assim, a distribuição dos locais de voto, bem como o número de seções, apenas reforçava tais indícios, comprovados com a leitura dessa figura. A região oeste, apesar de ser a primeira em população, aparece apenas em terceiro lugar, com pouco mais de 51 mil eleitores na espacialização do eleitorado; porém, os dados analisados até agora não nos permitem maiores conclusões, visto que apenas refletiram a distribuição da população e do eleitorado pelas regiões administrativas, o que pode camuflar caracteres importantes para o conhecimento do perfil do eleitorado da cidade, sendo necessária uma análise de ambas variáveis em nível dos bairros.

Figura 2

Distribuição da população por regiões administrativas, Uberlândia, em 2000

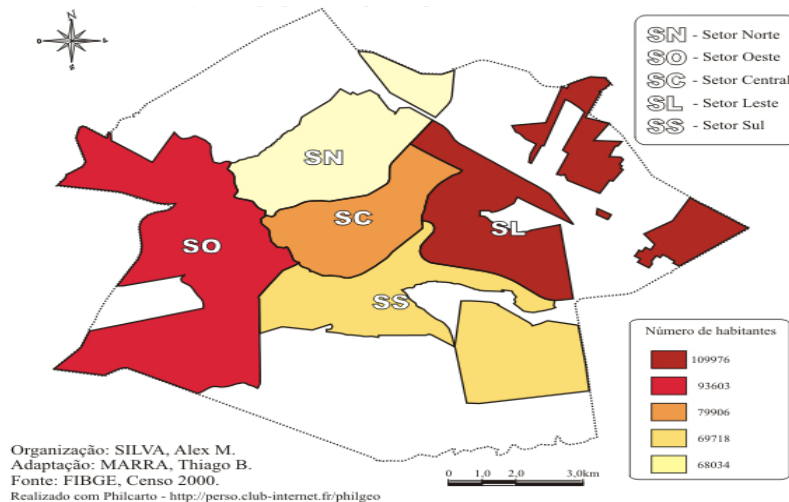
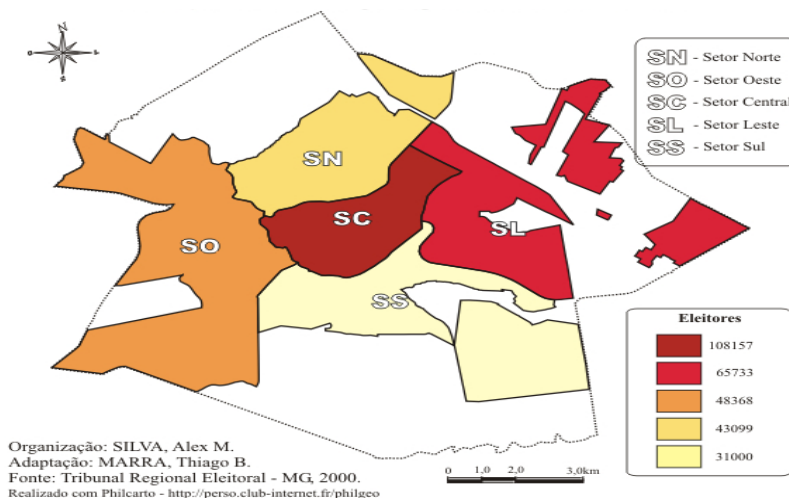


Figura 3

Distribuição do eleitorado por regiões administrativas, Uberlândia, em 2000



### Concentração populacional e distribuição do eleitorado por bairros sede

A análise das figuras seguintes (Figuras 4 e 5) permite-nos comparar a população com o eleitorado; com isso, embora no quadro regional fique evidente o descompasso entre concentração demográfica e concentração do eleitorado. No entanto, estes dados podem mascarar a realidade, uma vez que alguns bairros populosos, como é o caso do bairro Santa Mônica, na região leste, pesem na distribuição regional, impedindo, conseqüentemente, uma relação mais clara entre população e eleitorado.

As análises anteriores nos permitiram identificar que há outras regiões que fornecem eleitores para a região central, haja vista o descompasso entre número de habitantes e eleitorado nesta

região. Contudo, é preciso uma análise mais minuciosa para que se possa identificar se este fato está presente em todas as regiões e, ainda, se isso acontece de forma homogênea no interior destas regiões; ou seja, se o percentual de pessoas que saem de sua região administrativa para votar é igual em todos os bairros que compõem aquela região. Para isso, foram usados os números da contagem censitária do ano 2000, ano da realização do pleito. Porém, para efeito de comparação, só foram computados os habitantes dos bairros que possuem locais de votação, isto é, 421.237 pessoas de um universo total de 501.214, ou 84,04% da população da cidade. Lembramos que este número não considerou a população dos distritos rurais, apenas o total de população da cidade, na qual aquela população se encontra inclusa.

Com isso, tornou-se possível uma análise comparativa entre o número de habitantes de cada bairro e o eleitorado que vota no bairro. Uma aproximação dos dois resultados caminhará para o voto distrital, de caráter territorial. Um distanciamento destes dois resultados nos mostrará que o bairro perde ou ganha eleitores, o que pode caracterizar ou não a tese do voto territorial, pois o número de eleitores, talvez, seja muito superior ao número de habitantes. Esse eleitorado acaba vindo de outros bairros, podendo ser ou não da mesma região administrativa.

Assim, quando observada a distribuição demográfica por bairros, avançamos sobre a distribuição da região, descobrindo-se uma realidade mais precisa do que a observada quando feita a distribuição pelas regiões administrativas. Contudo, para isso, vamos trabalhar com duas bases de dados: a primeira é a distribuição da população absoluta pelos bairros analisados; a segunda é a população acima de 15 anos, ou seja, apta a votar.

Portanto, quando analisados os dados da distribuição populacional absoluta pelos bairros, verificou-se que o bairro Santa Mônica demonstra ser o bairro mais populoso da cidade, com mais de 30.000 habitantes, combinando com a distribuição regional, visto ser a região leste a mais populosa da cidade. Para cada habitante residente nesta região da cidade, pelo menos um reside no bairro mencionado. Ainda nesta região aparecem os bairros Morumbi e Segismundo Pereira, todos com população acima de 12 mil habitantes. Na região central, aparece o bairro Osvaldo Resende, com uma população acima de 19 mil habitantes. Na região norte, embora seja esta a última região em população, o Bairro Presidente Roosevelt abriga uma população superior a 20 mil habitantes; e, por último, tem-se a região oeste, onde os bairros Planalto e Luizote de Freitas aparecem com uma população acima de 15 mil habitantes.

A simples análise da distribuição da população por esses bairros pode nos indicar, em um primeiro momento, a existência de grandes manchas populacionais. Configura-se, no entanto, um eleitorado e indica-se a existência de um padrão territorial de voto. Estes números contabilizam a população absoluta, englobando todas as faixas etárias, o que pode não mostrar a realidade. Torna-se necessário, assim, evidenciar a população não apta a votar, ou seja, a parcela da população com idade inferior a 15 anos, embora seja impossível saber a quantidade de pessoas que completariam os 16 anos de idade a tempo para se habilitar a votar, uma vez que o cidadão tem direito ao voto quando completa 16 anos antes da data de realização do pleito.

A figura 5 mostra a distribuição da população apta a votar. Notem-se duas importantes tendências: de um lado, bairros que foram agregados a importantes centros de possíveis eleitorados, indicando haver nestes bairros concentração de população acima de 15 anos de idade; neste conjunto, destacam-se os bairros Brasil e Aparecida, a região Central e o bairro Presidente Roosevelt, na região norte. Por outro lado, estão bairros que perderam significância quando excluída a faixa etária de população de até 15 anos de idade: nesse conjunto, aparecem os bairros Morumbi, na região leste, e São Jorge e Aurora, na região sul. Portanto, nestes bairros a faixa etária de até 15 anos possui maior significância no universo populacional, o que indica um maior crescimento populacional nestes bairros, bem como a presença de uma população jovem com maior participação no universo populacional.

A FIGURA 6 mostra-nos a distribuição do eleitorado pelos bairros que possuem locais de votação; foram identificadas três tendências: a primeira refere-se a bairros que permaneceram na mesma posição quando analisado o peso populacional, sendo eles os bairros Santa Mônica e Tibery, na

região leste, Aparecida e Brasil, na região central da cidade, e Luizote de Freitas e Planalto na região oeste da cidade. Contudo, não podemos afirmar que nestes bairros o número de eleitores ficou igual ou abaixo ao número de habitantes, podendo ser até maior, o que nos impede de afirmar a existência do voto territorial.

Figura 5

Distribuição da população por bairros, Uberlândia, em 2000

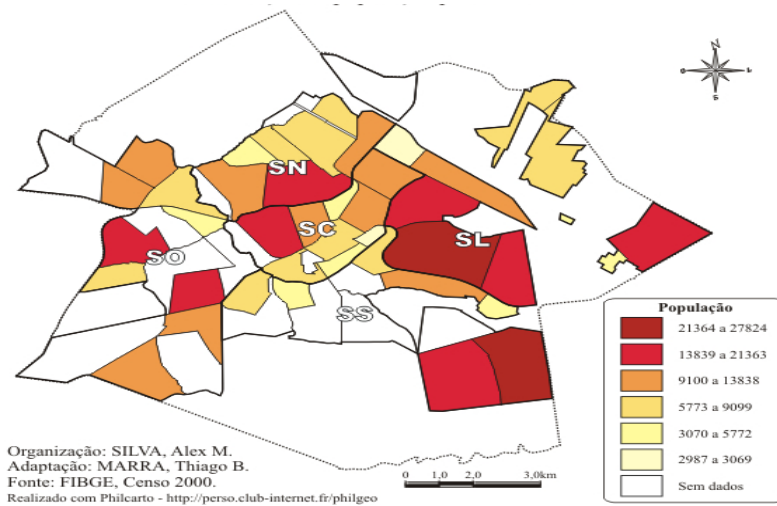
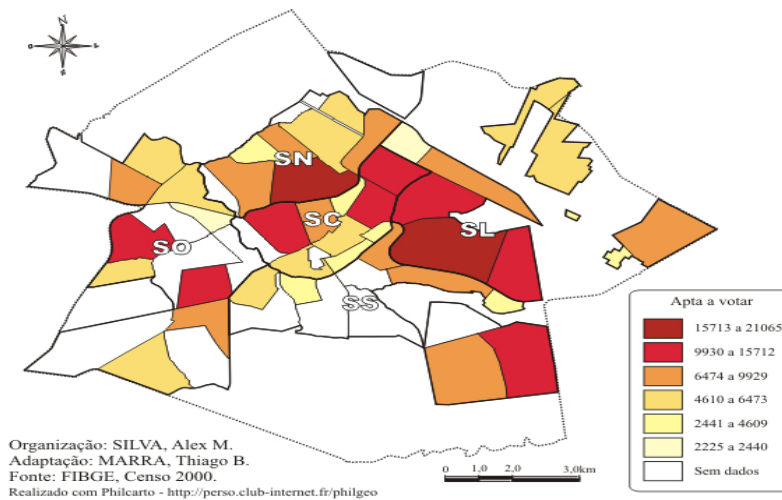


Figura 6

Distribuição da população acima de 15 anos por bairro, Uberlândia, em 2000



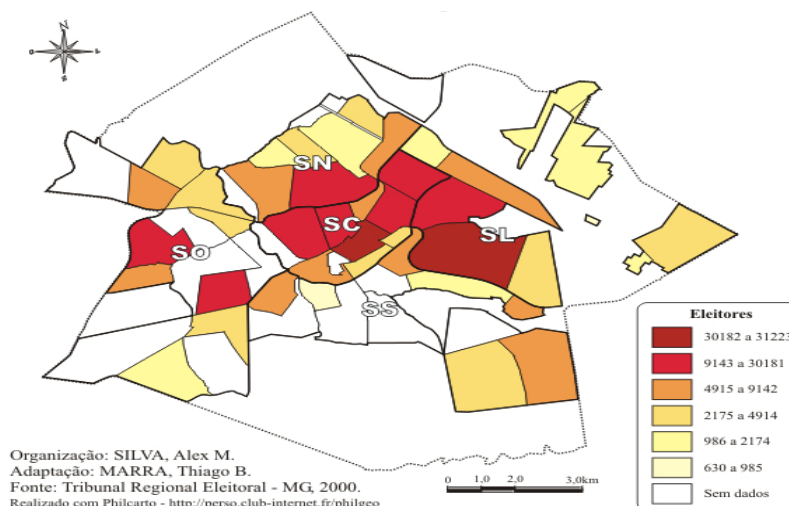
A segunda tendência diz respeito aos bairros que ganharam importância quando analisado o número de eleitores. Fazem parte deste grupo os bairros Centro e Martins, na região central, onde o número de eleitores foi bastante superior ao número de população apta a votar; no caso do

Bairro Martins, a razão de 7.610 habitantes acima de 15 anos para 21.677 eleitores e, no Setor Centro, de 6.149 habitantes acima de 15 anos para 31.223 eleitores, o que revela que há uma migração do eleitorado de outros bairros da mesma região ou não, rumo ao centro da cidade, fato já demonstrado quando analisada a distribuição espacial da cidade pelo número de seções.

A terceira tendência demonstrou que alguns bairros perderam importância eleitoral; embora estes bairros possuam um relativo peso populacional, destaca-se neste conjunto o bairro São Jorge, que se apresenta 14.314 habitantes com faixa etária superior a 15 anos, possuindo apenas 7.400 eleitores, isto é, quase 50% das pessoas aptas a votarem neste bairro, caso cumpram a obrigação do voto, fazem-no em outro, ou seja, em outra região, visto ser esta região a última colocada em número de local de votação e em seções.

Figura 6

Distribuição do eleitorado por bairros, Uberlândia, em 2000



A análise acima, embora tenha permitido identificar tendências quanto à localização da população e do eleitorado no espaço urbano de Uberlândia, acaba por não identificar a presença de um padrão espacial de votação, sendo o conjunto de bairros identificado na primeira tendência, é o que tem maior chance de apresentar este fenômeno; ou seja, com o número de eleitores próximo ao número de habitantes aptos a votar.

No entanto, o sintoma de um voto com fortes vínculos territoriais estaria vinculado a um eleitorado abaixo do universo populacional apto a votar. Isto se deve ao fato de que o universo populacional inclui as pessoas residentes; porém, nem todo residente acima de 15 anos habilita-se para votar, visto que, para o Município de Uberlândia em 2000, a relação de pessoas residentes aptas a votar, acima de 16 anos, era de 361.084, mas, no tocante ao eleitorado, a cifra indicava 306.910; portanto, o eleitorado do município representava, naquele ano, 85% da população apta a votar residente. Isto é, para cada eleitor havia 1,17 residentes aptos a votar.

Esse percentual é explicado, primeiramente, pela fraca participação do eleitorado entre 16 e 18 anos no sistema eletivo, e também pelo número de pessoas que são residentes na cidade, mas que continuam com seus respectivos domicílios eleitorais em outros municípios. Este fenômeno justifica-se pelo forte crescimento populacional da cidade, como demonstrado anteriormente. Assim, a presença de um voto territorial, ou com um padrão espacial de votação, se daria nas circunstâncias em que o eleitorado represente entre 80 e 90% da população residente, visto a média do município ser de 85%.

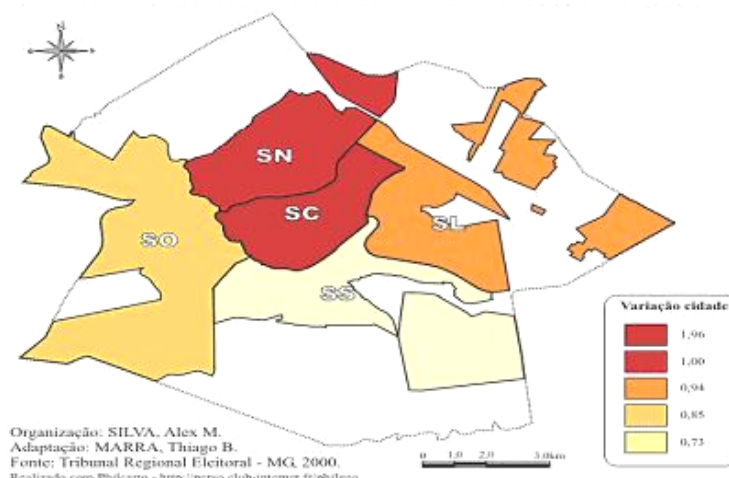
Contudo, o voto territorial não deixa de estar presente nos bairros que apresentam crescimento ou perda de eleitores relativos à população apta a votar, visto que em ambas situações há presença de uma taxa relativa permanente de eleitorado. Porém, o eleitorado apresenta-se na relação habitante/eleitor superior a 1, evidencia-se que a região ou bairro recebe um grande fluxo de leitores de outras localidades; esse padrão desfigura tais resultados, posto que os mesmos exprimam somente a opinião do eleitorado residente naquele local. Isto não acontece nos casos em que se verifica perda de eleitorado, ou seja, em que a relação habitante/eleitor é inferior a 0,8, pois neste caso o eleitor que ainda vota no bairro, exprimindo suas reivindicações; tal fato pode enfraquecer a existência de um padrão espacial de votação, porém não o elimina.

#### Padrão distrital do voto regional

Como mostra Figura 7, a aproximação e dispersão em torno da variável 85%, média do município, deixa evidente que quanto mais próximo de 1, maior a presença do voto distrital. Portanto, os casos de variação para cima são sinônimos de anomalias na relação habitante/eleitorado. Nestas circunstâncias, quando comparadas as cinco regiões administrativas, identifica-se três tendências de regionalização do voto. A primeira delas refere-se às regiões centrais, marcadas por uma variação positiva em torno do índice, o que indica um número de eleitores bastante superior ao de habitantes. Nesta região, a média é de 1,62 eleitores para cada residente apto a votar.

Figura 7

Proporção entre habitantes aptos a votar e eleitorado por região, Uberlândia, em 2000



A segunda tendência reflete a existência de um padrão espacial do voto, respeitando aquela faixa o intervalo entre 10 e 20% a diferença entre população apta a votar (acima de 15 anos) e eleitorado cadastrado pelo TRE-MG/2000. Neste caso, para a região norte, o índice de variação proporcional foi zero, o que significa que esta região se encaixou na média do município. Outra região que também se encaixou neste perfil, embora com uma pequena variação abaixo de 0,95, foi a região leste. Em ambos os casos, os números indicam a forte presença do voto distrital, reforçando o sistema representativo, bem como o processo

No terceiro conjunto, estão as regiões que variaram mais de 15 pontos para baixo, ou seja, possuem um eleitorado inferior ao número de habitantes aptos a votar, o que configura uma migração de eleitores para outras regiões; estão neste caso as regiões Oeste e Sul, sendo que, na região Oeste, tem-se 0,73 eleitor para cada um residente apto a votar (acima de 15 anos), e a

região leste, com 0,62 eleitor para cada residente apto a votar. Portanto, abaixo da média geral da cidade, de 0,85 eleitores para cada residente apto a votar.

Fica nítido que o voto da região central não é um voto distrital, uma vez que o comportamento do seu eleitorado não reflete necessariamente as reivindicações e o posicionamento político dos seus moradores. É grande o número de eleitores que esta região recebe de outras. A forte relação entre população e eleitorado se dá mesmo nas regiões norte, leste e oeste, embora esta última esteja abaixo da média da cidade: seu grande contingente eleitoral acaba reforçando a presença de um voto distrital. A média mais baixa foi encontrada na região sul; ou seja, para cada morador apto a votar nesta região, houve apenas 0,62 leitor, ou pelo menos 20% do seu eleitorado, que termina por votar em outras regiões: tudo indica, na região central da cidade.

#### **Padrão distrital do voto por bairros**

Embora a análise acima tenha mostrado o padrão de concentração e dispersão do eleitorado urbano de Uberlândia, quando regionalizados, os dados, por serem agrupados, é possível a identificação do padrão distrital de voto em algumas regiões, bem como evidenciou a existência da migração de eleitorado em outras. No entanto, a própria natureza da regionalização e do ambiente urbano, permeado por desigualdades, bem como o agrupamento geral dos dados, acabam por camuflar a realidade no interior de tais regiões, tendendo a uma homogeneização de variáveis, a exemplo da concentração populacional em determinados bairros. A presença de enclaves com renda alta nas periferias também pode mascarar a realidade expressa na análise regional. Outro fato é que a análise regional não consegue detectar o processo de migração eleitoral existente nas regiões urbanas.

Tal análise reforçou o padrão regional já identificado anteriormente, e usou o padrão de dispersão e aproximação em torno do percentual 85%. No entanto, os números mostrados no mapa relatam a variação em torno da variável 1, uma vez que esta variável é o resultado da relação eleitor por habitante apto a votar dividido por 0,85, variável que indica a média da cidade (relação entre população apta a votar e eleitorado registrado pelo TRE-MG/ 2000, para o Município de Uberlândia). As variações próximas de 1 identificam a presença do padrão distrital do voto, enquanto as variações tanto para baixo quanto para cima identificam bairros que repulsam eleitores e recebem eleitores.

Assim, foram identificados três conjuntos de bairros, mostrados nas figuras abaixo (FIGURAS 8, 9 e 10). O primeiro conjunto é o dos bairros que repulsam eleitores, com variação proporcional abaixo de 0,91. O segundo é formado pelo conjunto de bairros com variação proporcional acima de 1,01, indicando que estes bairros recebem eleitores de outros bairros. O terceiro conjunto é composto por bairros onde a variação ficou entre 0,92 e 1, indicando uma forte relação entre habitantes residentes aptos a votar e o número de eleitores oficial do TER-MG, aqui chamado de padrão espacial de votação.

### **O COMPORTAMENTO NO ESPAÇO**

#### **O fenômeno da repulsão eleitoral**

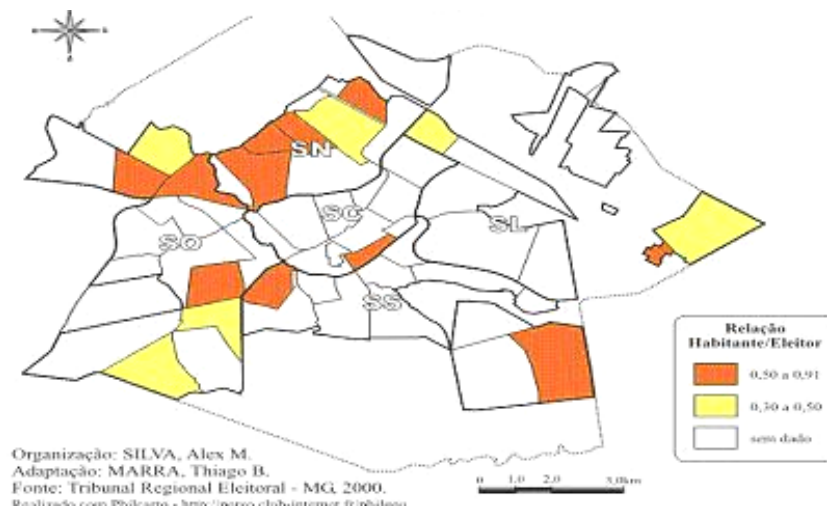
Quando analisada a distribuição destes bairros no espaço (cf. Figura 8), vemos que estes surgem nem sempre em regiões de repulsão eleitoral; entram, neste caso, os bairros Pacaembu, Liberdade, Maravilha e Nossa Senhora das Graças, na região norte; Segismundo Pereira, Umuarama, Ipanema, Alvorada e Morumbi, na região leste. Portanto, apesar dessas duas regiões apresentarem baixa proporção em relação ao número de habitantes aptos a votar (acima de 15 anos) e eleitorado, as duas reunidas respondem pelo maior número de bairros que apresenta este fenômeno, sinalizando para a migração interna do eleitorado.

Ainda neste conjunto estão os bairros Taiamã, Tocantins, Guarani, Jardim das Palmeiras e Canaã, na região Oeste, e Patrimônio, São Jorge e Laranjeira, na região Sul; neste caso, ambas as regiões são repulsoras de eleitor, porém isto não descarta a presença de migração interna de eleitores em seu interior. Este é o caso do Bairro Lídice, situado na região central da cidade, região que possui variação proporcional bem alta, caracterizando-se por ser forte importadora de

eleitores; tudo indica que parte do eleitorado deste bairro vota no centro da cidade.

Figura 8

Porporção entre habitantes aptos a votar e eleitorado por bairro, Uberlândia, em 2000



### As áreas de atração eleitoral

Como nos mostra a Figura 9, estão presentes neste grupo bairros que apresentaram variação proporcional acima da variável padrão 0,85, compreendendo variação de 1,01 a 5,78, sendo bairros importadores de eleitorado; o que descaracteriza a presença do voto distrital, já que o grande número de eleitores procedentes de outras localidades faz da região central a região que possui o maior número de bairros nesta situação, sendo eles Tabajaras, Osvaldo Resende, Martins, Bom Jesus, Aparecida, Cazeca e Centro, este último com maior variação, cerca de 5,78. Nesta região, apenas o bairro Lídice apresenta repulsão de eleitores: o restante dos bairros apresenta variação acima de 1, possuem, assim, mais eleitores do que habitantes aptos a votar (acima de 15 anos).

Ainda neste grupo estão bairros que mesmo sendo de regiões que apresentam sinais do voto distrital, acabaram apresentando variação proporcional acima do padrão (1). Esses são os casos dos bairros Presidente Roosevelt, Marta Helena na região Norte, e Santa Mônica, Tibery e Custódio Pereira, na região leste. Portanto, apesar destas regiões apresentarem um padrão distrital de voto, com baixa variação, o fato de apresentarem maior eleitorado do que habitantes aptos a votar, indica o processo de migração intra-regional. Como vimos no a FIGURA 10, a região norte possui cinco bairros com baixa variação proporcional, sendo áreas repulsoras de eleitores. Tudo indica que, no caso desta região, estes eleitores estão migrando para o bairro Presidente Roosevelt, que possui 1,12 eleitores para cada habitante residente apto a votar, bem acima da média municipal, que é de 0,85 eleitor para cada habitante apto a votar.

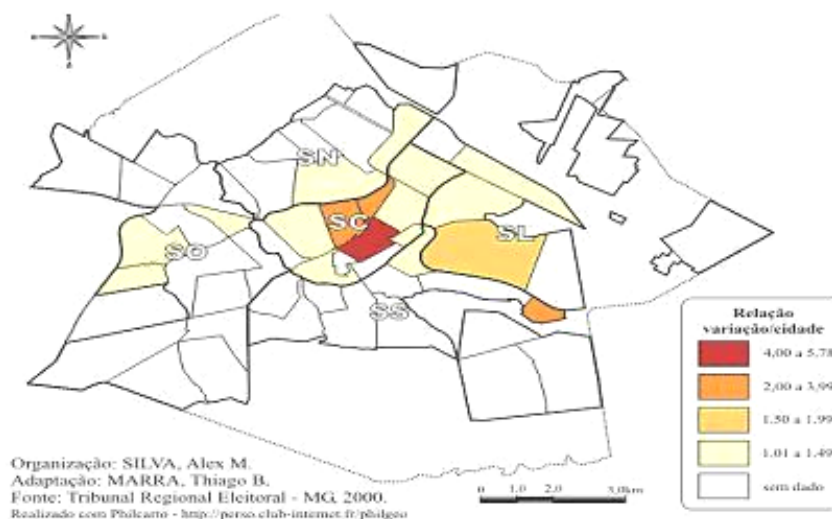
Por último, estão os bairros que, embora possuam variação proporcional acima de 1, estão situados em regiões com déficit de eleitores: Dona Zulmira, Luizote de Freitas e Mansour, na região Oeste, e Saraiva e Santa Luzia na região Leste. No caso da região Oeste, esta possui cinco bairros, com variação proporcional negativa, sendo áreas repulsoras de eleitorado, o que indica um fluxo interno de eleitores, podendo parte deste eleitorado estar votando em um destes três bairros. A região leste, esta possui dois bairros com variação proporcional negativa, o que também indica a presença de um fluxo interno de eleitores. A existência de tais fenômenos não



elimina o fato dessas regiões possuírem variação proporcional negativa, ou seja, são exportadoras de eleitores.

Figura 9

Porporção entre habitantes e eleitorado por bairro, Uberlândia, em 2000



### O padrão distrital do voto

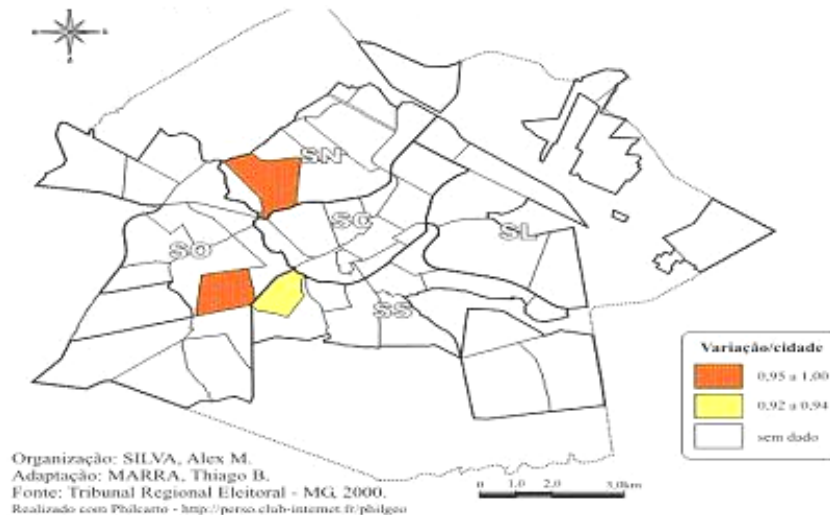
Como mostra a Figura 10, apenas três bairros entraram neste grupo (menor variação proporcional): Jardim Brasília, na região Norte, Planalto, na região Oeste e Tubalina, na região Sul. Este fato nos mostra que o voto distrital existe muito mais em nível regional do que em nível dos bairros; somente o Jardim Brasília pertence a uma das duas regiões que apresentaram menor variação proporcional, indicando, por conseguinte, a existência do voto distrital regional.

Nos demais bairros destas duas regiões, Norte e leste, o que se verificou foi a combinação dos dois fenômenos já identificados a nível regional, áreas de repulsão de eleitores e áreas de atração, fenômenos presentes até mesmo nas duas regiões repulsoras, Oeste e Sul; porém, na região Central não foram identificados nem a presença de um padrão distrital nem bairros considerados áreas de repulsão de eleitorado. Isto que confirma a tendência desta região e seu conjunto de bairros de serem importadores de eleitores, visto que nenhum destes bairros apresentou padrão distrital de voto.

Outro fato é que o voto distrital co-existe nos locais que apresentaram variação proporcional negativa; portanto, áreas repulsoras de eleitorado, visto que o fluxo eleitoral não faz caminho inverso. Nesses termos, o escrutínio eleitoral acaba revelando as características de pelo menos parte desses habitantes, uma vez que a outra parcela migrou para outros bairros ou regiões. No entanto, até agora analisamos apenas correlatos que nos mostram o perfil do eleitorado da cidade, bem como a sua localização, trabalho possível de ser feito sem a realização e análise de qualquer pleito eletivo na cidade. No próximo capítulo, analisaremos variáveis e correlatos fornecidos pelo pleito de 2000. Conseqüentemente, a análise estabelecida até agora nos forneceu o perfil deste eleitorado; as análises seguintes nos mostrarão o comportamento deste eleitorado em torno do pleito analisado, a começar pelos níveis de comparecimento e abstenção do eleitorado.

Figura 10

Porporção entre habitantes aptos a votar e eleitorado, Uberlândia, em 2000



### Considerações Finais

Inicialmente, chama nossa atenção a estrutura etária do eleitorado da cidade. Este eleitorado foi analisado a partir do percentual de eleitores em cada grupo de faixa etária de população, bem como por meio da comparação deste percentual com o Estado de Minas Gerais e o Brasil. No primeiro caso, o de menor percentual de eleitores por grupos de população, 20%, foi encontrada uma faixa etária de 16 e 17 anos, sendo que esta mesma média, em nível estadual e nacional, encontra-se acima de 40%. Outro fato concerne ao aumento progressivo do percentual de eleitores por grupo de população, seguindo o aumento da faixa etária, pois, acima de 35 anos, o percentual é superior a 90%, o que nos permite concluir que, quanto maior a faixa etária, maior o número de eleitores, não decaindo este número com o fim da obrigatoriedade do voto nas faixas etárias acima de 70 anos de idade. Esses números refletem o baixo engajamento do eleitorado jovem da cidade com o sistema político, o que aponta algumas probabilidades. Esse comportamento pode traduzir uma despolitização desse eleitorado. Pode ser, ainda, uma rejeição desta faixa de eleitorado ao sistema político da cidade.

Quando comparadas a dinâmica da distribuição espacial do número total de habitantes e da população acima de 15 anos pelas regiões e bairros da cidade, notou-se que, nos bairros periféricos, o peso da grupo de população abaixo de 15 anos foi maior, ao passo que, nos bairros centrais, o grupo de população acima de 15 anos teve maior expressão. Tal fato indica um maior crescimento populacional nas bordas do espaço urbano, ao passo que as áreas centrais abrigam uma população de maior idade. Outro fato diz respeito à própria dinâmica da distribuição populacional no espaço urbano da cidade, onde a região central e seu conjunto de bairros ocupam apenas o terceiro lugar em número de população, o que mostra que o crescimento populacional da cidade se tem dado em áreas fora deste eixo.

Quanto à dinâmica de distribuição por região e bairros do eleitorado da cidade, realizada pelo TRE/MG, observou-se um descompasso entre a distribuição populacional no espaço urbano e a distribuição do TRE. A região central, ranqueada em terceiro lugar em número de habitantes, é a primeira em número de eleitores, sendo que o mesmo acontece no bairro Centro na região Central, onde o número de eleitores é mais de três vezes superior ao número de habitantes. Este

fenômeno se tornou mais evidente quando se considerou a distribuição dos locais de votação pelas regiões da cidade, sendo a região central detentora de mais 30% dos postos de votação, enquanto a região Sul, a última colocada, tem apenas 10%. Esse fato, além de mostrar a inexistência de aparelhos públicos nas regiões periféricas da cidade, bem como sua grande concentração na região central da cidade (os postos de votação exigem uma infra-estrutura para receber grande fluxo de pessoas), nos sinalizou a existência de migração do eleitorado, tanto em nível regional quanto em nível de bairros, o que, em nossa opinião, pode prejudicar o processo de representatividade das regiões e bairros que exportam eleitores.

A análise deste estudo denunciou a existência de bairros onde o número de eleitores por habitantes seguiu a média geral da cidade, cerca de 85 eleitores para cada grupo de 100 habitantes, reforçando a presença de um padrão distrital de voto, o que mostrou que os votos presentes nestes bairros ou regiões foram de pessoas que moram no próprio local, o que reforça o processo de representatividade política.

#### REFERENCIAS

- ALEM, J. M. Representações coletivas e história política em Uberlândia. **História & Perspectiva**, Uberlândia, n. 4, p. 79-102, jan/jun.1991.
- ALMEIDA, M. H. T. de. **A democracia brasileira nos anos 90**. Brasília: FUNAG, 2003.
- BRAGA, M. do S. S. O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política (1982-2002). 2003. 232 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- CAMPBELL, A. et al. (Orgs). **The American Voter**. Chicago/Londres: The University of Chicago Press. 1960. 558 p.
- CARNOY, M. **Estado e teoria Política**. Tradução da equipe de tradutores do Instituto de Letras da Puccamp. Campinas: Papirus, 4a. ed. 1994.
- CASTELSS, M. **Cidade, democracia e socialismo**: a experiência das associações de vizinhos de Madri. Tradução de Glória Rodriguez. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 193 p.
- CLAVAL, P. **Espaço e Poder**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. 248 p.
- DAHL, R. A. **A preface to democratic theory**. Chicago: University of Chicago Press, 1956. 155p
- \_\_\_\_\_. **Política econômica e bem estar social; planejamento e sistemas políticos econômicos reduzidos a processos sociais básicos**. Rio de Janeiro: Lidaador, 1971.
- \_\_\_\_\_. **Polyarchy; participation and opposition**. New Haven : Yale University Press, 1971, 257 p
- HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. Tradução de Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Hucitec, 1980.291 p.
- KATZ, R. S. **Democracy and Elections**. New York: Oxford University Press, 1997. 230 p.
- LIMA JUNIOR, O. B. Reformas de sistemas eleitorais: mudanças, contextos e conseqüências. **Dados**, v.42, n.1, p.17-61, mar/1999.
- LOCKE, J. **Dois tratados sobre o governo**. São Paulo : Martins Fontes, 1998.
- MACPHERSON, C B. **Democratic theory : essays in retrieval** Oxford : Clarendon, 1990.255 p.
- \_\_\_\_\_. **A teoria política do individualismo possessivo**, de Hobbes até Locke. Tradução de Nelson Dantas. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1979. 318 p.
- MARTINS, W. **Introdução à democracia brasileira**. Porto Alegre: Globo, 1951.
- MIGUEL, F.L. **Mito e discurso político: uma análise a partir da campanha de 1994**. Ed. da

UNICAMP, 2000.232 p.

MILL J. S **Considerações sobre o governo representativo**. Tradução de Manoel Inocêncio de Lacerda Santos Jr. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

\_\_\_\_\_**O governo representativo**. Tradução de E. Jacy Monteiro. São Paulo 3. ed. - IBRASA, 1995

MILLS, C. W. **Poder e política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

NUNES, E. **A gramática da política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

REIS, F. W. **Classe social e o voto nas eleições de 1986**. Belo Horizonte: Departamento de Ciência Política, 1986.

RODRIGUES, A. A. B. **Mundo, espaço geográfico, lugar: a instância do lugar como estratégia de residência**. São Paulo: GE/FFLCH/USP, 1996.

RODRIGUES, L. M. **Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na câmara dos deputados**. São Paulo: Edusp, 2002.

RODRIGUES, P. P. **A falência da democracia representativa formal: uma reflexão sobre a democracia da Revolução Francesa aos dias atuais**. Goiânia: PPR, 1998.

ROMA, C. R. A social democracia no Brasil: organização, participação no governo e desempenho eleitoral do PSDB (1988-1998). 2000. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SÁNCHEZ, J. E. **Geografia política**. Madri: Editorial Síntesis, 1999.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo y democracia**. Buenos Aires: Editorial Claridad, 1946. 431 p.

SOARES, B. R. **Habitação e produção do espaço em Uberlândia**. São Paulo, 1988. 233p Dissertação (Mestrado)

\_\_\_\_\_**Uberlândia : a cidade jardim ao portal do cerrado - imagens e representações no triângulo mineiro**. São Paulo, 1995. 357p. Tese (Doutorado)

WEBER, M. **Ensayos sobre metodología sociológica**. Buenos Aires : Amorrortu, 1958.

<sup>i</sup> *The fundamental point is that Mill saw democracy as an educational exercise [...] A democracy would teach people to judge merit and to increase their own merit, but at the same time the "doing" of government would be in the hands of the most meritorious [...] The position, that representation and elections are necessary but that simply increasing participation in the electoral process as currently organized is inadequate, is the most common among modern participationist democrats (KATZ, 1997, p. 75).*

<sup>ii</sup> *Decisions of the electoral process have important effects on decisions taken elsewhere in the system in the system. What the electorate decides may determine which actors will have the power of decision, and the outcomes of past and future elections generate important influences to which these actors respond. The holders of elective or appointive office in democratic government are guided in many of their actions by a calculus of electoral effect (CAMPBELL, 1976, p. 5).*

<sup>iii</sup> Cf. Lamounier, 1987; Bobbio, 1980; Souza, 1997; Brasil, 1895; Hirst, 1993; Guide, 1994; Rodrigues, 1986. 1998; Martins, 1951; Roma, 2000; Almeida, 2003; Braga, 2003.

<sup>iv</sup> Cf. Soares (1995).

<sup>v</sup> Não contabilizado 19 eleitores com idade não informada, o que soma um total 306.910 eleitores, segundo o TRE-MG/2000.